

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Pelo presente instrumento, e na melhor forma de direito, de um lado, **CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 013.412.14/0001-94, IE 253670934 estabelecida na Avenida São Pedro -D, nº 1313-D, Bairro Passo dos Fortes, CHAPECÓ-SC – CEP. 89805-725, neste ato representada conforme disposto em seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**;

E de outro, **Sr. Marcio Dias Baldissera**, pessoa física, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 2.430.757 S S P /SC, regularmente inscrito no CPF sob o nº 816.606.009-44, inscrito no CREA-SC sob o nº 052033-0, residente Rua Uruguai, nº 1153-D, apto 301, Ed Rosarum, Bairro Jardim Itália, Chapecó/SC CEP 89.802-501 doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**.

As partes têm entre si justo e acertado o presente Instrumento Particular de Prestação de Serviços, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. A CONTRATANTE, por intermédio do presente instrumento, contrata os serviços especializados da **CONTRATADO** na área de engenharia, visando a coordenação e assessoria técnica nas obras em que a empresa Concisa se encontra atuante.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1. A título de contraprestação pelos serviços prestados, a **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADO**, a quantia discriminada de R\$ 13.200,00 (doze mil, trezentos e setenta e cinco reais) mensais durante os primeiros 3 meses de contrato, sendo que após esse período o valor será reajustado, mas não limitado, para R\$ 15.840,00 (quinze mil reais) mensais durante o restante da vigência do contrato.

2.2. A **CONTRATANTE** fará a liberação do pagamento descrito no item 2.1., sempre até o 5º dia do mês subsequente ao da prestação de serviços, por meio de depósito ou transferência bancária, mediante a apresentação da competente Nota Fiscal de Serviços.

2.3. O preço estabelecido é fixo, salvo se houver alteração na execução do objeto deste contrato devidamente negociado pelas partes e formalizado por aditivo.

2.4. Havendo atraso ou incorreção na Nota Fiscal, a data de vencimento ficará prorrogada até que a Nota Fiscal seja regularizada e o pagamento será efetuado após 07 (sete) dias do recebimento pela **CONTRATANTE** da Nota Fiscal corrigida.

2.5. O atraso superior a 5 (cinco) dias úteis, referente ao item 2.1., sujeitará a **CONTRATANTE** ao pagamento de multa de 1% (um por cento) e a juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, *pro rata die*, calculados sobre o débito, vedado qualquer tipo de capitalização.

2.6. As despesas decorrentes ao transporte (Xanxerê a Chapecó), alimentação e alojamento necessários a prestação do serviço objeto do contrato, correrão por conta da **CONTRATADO**. As despesas decorrentes para transporte durante horário de expediente e visitas as obras, inclusive veículo, necessárias a prestação do serviço do objeto do contrato, correrão por conta da **CONTRATANTE**.

2.7. A **CONTRATADO** será sempre responsável diante da **CONTRATANTE**, por si e por seus subcontratados, pelo pagamento de todos os tributos, quer sejam impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, emolumentos, tarifas, preços públicos, empréstimos compulsórios e toda e qualquer forma de cobrança que lhe seja imposta através da Lei Aplicável para o exercício de sua atividade ou em razão de sua personalidade jurídica, quer sejam presentes ou futuros, cobrados ou lançados contra a **CONTRATANTE** por qualquer autoridade governamental, federal, estadual ou municipal, em razão deste Contrato, de sua execução, ou incidentes sobre ele.

2.8. A **CONTRATADO** entregará à **CONTRATANTE**, todo dia 15 de cada mês, cópias dos comprovantes de quitação de todos os impostos federais, estaduais e municipais a que estiver sujeita. A responsabilidade de demonstrar a quitação se estende a toda e qualquer responsabilidade que, o seu não pagamento, puder ser imputada à **CONTRATADO**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Obriga-se a **CONTRATATA** a:

3.1. Prestar os serviços na forma do disposto neste instrumento sempre de boa fé e com boa qualidade. A **CONTRATADO** deverá ser considerada prestadora de serviços independente, e não empregado ou representante autorizado da **CONTRATANTE**. A **CONTRATADO** não deverá estar qualificada a receber benefícios, direitos ou privilégios oferecidos pela **CONTRATANTE** a seus empregados. A **CONTRATADO** não deverá ter autoridade, nem declarar ter autoridade, para vincular a **CONTRATANTE** ou assumir ou criar obrigações em nome da **CONTRATANTE**, exceto se autorizado expressamente em contrário, por meio de procuração emitida por um representante devidamente autorizado da **CONTRATANTE**.

3.2. Designar funcionário para prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela **CONTRATANTE**, atendendo prontamente a todas as reclamações e sugestões.

3.3. Relatar à **CONTRATANTE** toda e qualquer fato que impeça, prejudique ou retarde a execução do contrato, efetuando o registro da ocorrência com todos os dados e circunstâncias julgadas necessárias à sua correção.

3.4. Manter, durante toda a execução, a fim de cumprir as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas por lei e respectivas normas técnica expedidas pelos órgãos reguladores, para garantia da segurança e qualidade dos serviços.

3.5. Seguir toda a legislação vigente, em especial a CLT, no que diz respeito à segurança do trabalho, disciplinas e demais regulamentos em vigor.

3.6. Eximir a **CONTRATANTE** de responsabilidade de todas e quaisquer reivindicações, queixas, representações e ações judiciais de qualquer natureza, referente a prestação de serviços que competem a **CONTRATADO**, bem como reclamações de empregados e/ou fornecedores, sob pena de responsabilidade.

3.7. Fica expressamente estabelecendo que, força deste Contrato, não estabelece qualquer vínculo empregatício entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADO**. A **CONTRATADO** será inteiramente responsável pelos profissionais que vier a contratar, ainda que para fins de cumprimento do presente contrato, não se estabelecendo nenhum vínculo empregatício entre estes e a **CONTRATANTE**.

3.8. A **CONTRATADO** fica responsável pelo pagamento de todos os impostos, taxas ou contribuições sociais, de todo e qualquer indivíduo na prestação dos serviços objeto deste contrato, forma da legislação vigente, bem como garantir a desconstituição de qualquer vínculo trabalhista que venha a ser postulado em face da **CONTRATANTE** pelo pessoal designado da **CONTRATADO**.

3.9. A **CONTRATADO** responderá pelos encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários resultantes da execução deste Contrato, inclusive seguro por acidentes de trabalho, ou outros necessários, não transferindo à **CONTRATANTE**, em caso de inadimplência da **CONTRATADO**, com referência a esses encargos, a responsabilidade por seu pagamento, nem podendo onerar o objeto deste Contrato.

3.10. Para execução deste contrato, a **CONTRATADO** não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

3.11. A **CONTRATADO** se compromete, em conformidade com o art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, a não empregar menores de dezoito anos em atividades de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, sob pena de responsabilização civil e criminal.

3.12. A insatisfação da **CONTRATANTE** com os serviços realizados pela **CONTRATADO**, deverá ser manifestada por escrito, solicitando-se alteração, revisão, melhora ou correção dos serviços; tal manifestação deverá ser prontamente respondida pela **CONTRATADO**.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADO**, desde que necessárias para prestação dos serviços ora contratados.

4.2. Realizar o pagamento conforme disposto na cláusula segunda.

4.3. Exercer a gestão e a fiscalização do serviço contratado, designando representante, do seu quadro de funcionários, para que se venha a assegurar a boa prestação dos serviços, acompanhando e

fiscalizando a fiel execução do quanto contratado.

4.4. Não se eximirá a **CONTRATADO** de suas responsabilidades contratuais e legais, alegando o poder de fiscalização da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA QUINTA – MANUTENÇÃO DE SIGILO

5.1. A **CONTRATADO**, durante a vigência do presente contrato e nos 5 (cinco) anos subsequentes ao seu término ou rescisão, obriga-se a manter o mais completo e absoluto sigilo sobre os termos do presente contrato, bem como quaisquer dados, materiais, informações, documentos, especificações técnicas ou comerciais, inovações e aperfeiçoamentos obtidos da **CONTRATANTE**, ou que venha a lhe ser confiado em razão deste contrato, sejam eles de interesse da **CONTRATANTE** ou de terceiros, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, revelar, reproduzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros, estranhos a esta contratação sem a prévia anuência e concordância da **CONTRATANTE**.

5.2. A inobservância do disposto na presente cláusula, sujeitará a **CONTRATADO** as penalidades decorrentes da violação e quebra de sigilo contratual, sem prejuízo de arcar com as perdas e danos decorrentes do seu ato, apurado em processo judicial competente para esta finalidade.

5.3. Fica ressalva a responsabilidade da **CONTRATADO** pela eventual quebra de sigilo que vier a ser praticada por seus funcionários e/ou prepostos que no momento da divulgação já não mantiverem com ela mais nenhum vínculo contratual. Ocorrendo esta hipótese, a **CONTRATANTE** poderá tomar todas as providências de ordem legal contra a **CONTRATADO** violadora do sigilo, contando para tanto com a assessoria.

5.4. A **CONTRATADO** obriga-se a tomar todas as medidas necessárias para que as mesmas sejam divulgadas tão somente aos funcionários que necessitem ter acesso a elas, para propósitos deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

6.1. O contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da **CONTRATANTE**, sob pena de imediata rescisão do mesmo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

7.1. O presente contrato terá vigência pelo prazo de 1 (um) ano, com início no dia 06/03/2023, podendo ser renovado ou prorrogado por tempo indeterminado, desde que haja interesse pelas partes, mediante termo aditivo.

7.2. Qualquer das partes poderá resilir o presente instrumento, sem qualquer motivação, desde que o faça por meio de notificação com antecedência prévia de, no mínimo, 30 (trinta) dias, sem qualquer ônus ou penalidades, ficando as partes responsáveis pelas obrigações assumidas no presente contrato apenas pelo período referente a notificação. No caso em que a rescisão se dê mediante consentimento das partes, não será necessário a observância do prazo referente a notificação prévia.

7.3. Rescisão do contrato de forma unilateral de uma das partes e sem notificação prévia estabelecida na cláusula acima, resulta na indenização no valor de mensal vigente do contrato referente ao período de 1 (um) mês.

7.4. O contrato será resolvido, de pleno direito, caso ocorra casos graves que torne a prestação de serviços, objeto do presente, impossível de ser desenvolvida, seja decorrente de ameaças ou desentendimentos entre os prestadores que não puderem ser substituídos, bem como demais causas que impossibilite o desenvolvimento dos serviços em ambiente harmonioso.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As partes deliberam as seguintes disposições gerais, que irão reger o presente instrumento:

8.1. O presente contrato não estabelece qualquer vínculo societário, nem convencionou qualquer associação com a personalidade jurídica entre as partes, que continuam mantendo sua independência e autonomia, respondendo isolada e individualmente cada uma por si, em decorrência de seus atos, inclusive, perante terceiros.

8.2. A operacionalidade das obrigações assumidas através deste instrumento, quando necessário, será objeto de termo aditivo previamente aprovado e firmado pelas partes.

8.3. A **CONTRATADO** e **CONTRATANTE** declara expressamente inexistir qualquer impedimento de natureza legal ou convencional que impossibilite ou ponha em risco a celebração do presente contrato.

8.4. O presente contrato substitui e revoga, para todos os efeitos de direito, todas e quaisquer eventuais entendimentos verbais ou escritos havidos anteriormente entre as partes. A **CONTRATADO**, neste ato, declara que a **CONTRATANTE** nada lhe deve, até a presente data, estando devidamente quitados todos e quaisquer eventuais débitos oriundos de eventuais relações anteriores.

8.5. A inobservância ou tolerância pelas partes no estrito cumprimento de quaisquer disposições ora **CONTRATADOS**, considerar-se-ão como ato de especial concessão ou mera liberalidade, não podendo, portanto, ser invocado como precedente, nem importar novação ou alteração das cláusulas e condições pactuados no presente instrumento.

8.6. O presente instrumento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável e obriga as partes e eventuais sucessores a qualquer título.

8.7. Quaisquer alterações ao presente instrumento somente serão válidas quando celebradas por escrito e assinada por ambas as partes.

8.8. Todas as notificações, avisos e autorizações relacionadas com o presente instrumento deverão ser feitas por escrito, através da carta registrada ou protocolada, por telefax ou e-mail, com comprovação de recebimento, por cartório de títulos e documentos ou por via judicial, dirigidos e/ou entregues às partes nos endereços constantes do preâmbulo ou em outro endereço que uma das partes venha a comunicar à outra, a qualquer tempo, na vigência deste.

8.9. Se qualquer das partes mudar de endereço e não comunicar a outra, tornando impeditivo a entrega de notificações, avisos ou autorizações, ensejará o direito a outra parte considerar a notificação, o aviso ou a autorização entregue, após a terceira tentativa realizada em dias alternados.

8.10. A **CONTRATADO** se compromete a envidar todos os esforços no sentido de preservar a imagem da **CONTRATANTE**, tomando todos os cuidados necessários

CLÁUSULA NONA – DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o foro central da Comarca de Chapecó/SC, como único e competente, para reconhecer e dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, como expressas renúncia de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

E, assim por estarem assim justas e acordadas, depois de lido e achadas conforme, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, rubricadas as folhas, obrigando-se por si e seus sucessores, para que surtam todos os efeitos em Direito previsto, na presença das testemunhas abaixo assinadas e qualificadas, que a tudo assistiram e de tudo dão fê.

Chapecó, 01 de agosto de 2023.

DANILO
CONTE:347
07131972

Assinado de forma
digital por DANILLO
CONTE:34707131972
Dados: 2023.12.08
10:06:37 -03'00'

CONCISA PAVIMENTAÇÃO E
TERRAPLENAGEM LTDA
CNPJ: 013.412.14/0001-94

MARCIO DIAS
BALDISSERA:81
660600944

Assinado de forma digital
por MARCIO DIAS
BALDISSERA:81660600944
Dados: 2023.12.07
19:25:58 -03'00'

MARCIO DIAS BALDISSERA
CPF: 816.606.009-44